

UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO DAS RELAÇÕES CONFLITUOSAS ENTRE CIÊNCIA E IDEOLOGIA: A RESISTÊNCIA AO BEHAVIORISMO NA FRANÇA¹

A PARADIGMATIC EXAMPLE OF THE CONFLICTIVE RELATIONS BETWEEN SCIENCE AND IDEOLOGY: THE RESISTANCE TO BEHAVIORISM IN FRANCE

ESTEVE FREIXA I BAQUÉ²

UNIVERSITÉ DE PICARDIE JULES VERNE, FRANÇA

RESUMO

Ciência e ideologia sempre mantiveram relações conflituosas, caracterizadas como interdependentes e interfecundantes (às vezes, de intercontaminação). A história da ciência é rica em exemplos desses diferentes tipos de relações. Esse século (XXI) nos oferece ainda um panorama amplo das vigorosas polêmicas e controvérsias, tal como o criacionismo *versus* o darwinismo, ou, o que é o foco desse artigo, a resistência na França em adotar um “novo” paradigma em psicologia: o comportamentalismo. No contexto de uma abordagem psicanalítica historicamente dominante, e com o apoio das posições anti-científicas geradas pelo medo, pela insegurança e pelo desamparo frente às tecnologias atuais, potentes e eficazes, em campos tão distintos como a física nuclear, a genética ou a embriologia, o behaviorismo inspira uma grande repulsa e produz uma forte resistência à sua adoção. Esse artigo explora alguns aspectos das oposições ideológicas ao behaviorismo em nossas latitudes.

Palavras-chave: ciência, ideologia, comportamentalismo

ABSTRACT

Science and ideology have usually maintained conflicting relationships, characterized as interdependency and interbreeding (sometimes, intercontamination). Science is rich in examples of these different types of relationships. This century (XXI) offers a broad scenario of the vigorous polemics and controversies, such as the creationism *versus* Darwinism, or, what is the focus of this talk, the resistance, in France, to the adoption of a “new” paradigm in Psychology: Behaviorism. In the context of a historically dominant psychoanalytic approach, and with the support of anti-scientific positions engendered by the fear, uncertainty and helplessness in the face of the potent and effective current technologies in fields so distinct as the nuclear physics, the genetics or the embryology, Behaviorism inspires a strong rejection and produces a strong resistance to its adoption. This paper explores some aspects of the ideological oppositions to Behaviorism.

Key words: science, ideology, behaviorism

Quando eu era estudante (isto é, há muito, muitíssimo tempo...) e assistia a uma conferência, tinha o costume de apostar com meus amigos sobre a introdução da mesma: eu sempre apostava que o conferencista, qualquer que fosse o assunto, regressaria, buscando antecedentes, aos gregos. Geralmente eu ganhava, porque mal começava a falar, o conferencista da vez, assumindo a pose mais douta que podia, soltava aquilo de : “*Já diziam os gregos...*”

Naquela época prometi a mim mesmo que, se alguma vez no futuro me encontrasse na situação de ter que fazer uma conferência (coisa que, naquela época, me parecia totalmente improvável, claro), nunca apelaria para este fácil recurso.

Os anos passaram e a vida me levou a pronunciar alguma que outra conferência por esse mundo de Deus. Mas garanto aos senhores que se, por casualidade, algum aluno dos que tiveram o mérito e a paciência de me escutar

¹ Texto apresentado como conferência no *International Congress on Studies of Behavior*, Santiago de Compostela, Espanha, 2006. Traduzido por Carlos Barbosa Alves de Souza, Universidade Federal do Pará.

² Esteve Freixa i Baqué. Université de Picardie Jules Verne. Département de Psychologie. Laboratoire E.C.C.H.A.T. esteve.freixa@u-picardie.fr

tivesse realizado a mesma aposta, nunca teria enriquecido às minhas custas, porque sempre respeitei aquela promessa.

Hoje, portanto, os senhores vão assistir a um acontecimento único e excepcional: não vou regressar aos gregos, mas sim ao princípio do princípio, ou seja, à *Bíblia*, e, concretamente, ao seu primeiro livro, o livro do *Gênesis*.

De fato, desde as primeiras páginas do texto fundador da nossa cultura comum (a cultura judaico-cristã, como se costuma dizer agora) ficou claramente estabelecido, sob o selo altamente prestigioso de “palavra de Deus”, como se fosse pouco, que a única coisa que esse Deus não pode tolerar é o conhecimento. Explico-me, especialmente para os jovens que me escutam, que possivelmente por não terem recebido – graças a Deus – um doutrinamento religioso, perderam esta cultura bíblica tão onipresente em nossas sociedades, por mais laicas que se pretendam; mas também para os menos jovens que talvez tenham, por sua vez, “*perdido o oremus*”, como dizemos em catalão e como *reza* – se me permitem este jogo de palavras – o título de um “*best-seller*” de um grande amigo meu.

O que nos ensina a história de Adão, Eva e a serpente? Contrariamente ao que, durante séculos, a tradição machista e misógina dos pais da igreja pretendeu, não se trata de culpar a mulher, débil, influenciável e tentadora, frente à qual o homem acaba sempre por ceder (por aquilo de que *puxam mais dois peitos que dois bois*); não se trata, portanto, de culpar a fêmea (utilizando, como podem ver, a linguagem eclesiástica) por todos os nossos males, simbolizados e concentrados no famoso pecado original, mas sim de deixar claro, desde o início, que o conhecimento é fruto proibido. Adão e Eva podiam fazer o que desejassem no paraíso

(andavam desnudos e podiam *e deviam* “crescer e multiplicar-se” – falando claramente: fornicar como feras); nada disso era pecaminoso aos olhos de Deus; mas querer conhecer, saber, compreender, isto, nem falar! (Posteriormente, o Concílio de Trento assimilou explicitamente o pecado original à curiosidade científica. Já vêem os senhores que não estou exagerando no meu “anticlericalismo primário”). Porque conhecer, de fato, lhes faria similares a Deus, como já tinham tentado antes um bando de anjos (que provavelmente se entediavam demais passando o dia tocando flautas e harpas sobre as nuvens) liderados por um tal Lúcifer (o mesmo que agora tentava, disfarçado de serpente – pobre, como nos vêem! – transmitir esta ânsia de saber a essas novas e curiosas criaturas sem asas que Deus tinha sacado da manga), e aos que tinha justamente custado caro a tentativa, como ia lhes custar caro a nossos tata... tataravôs Adão e Eva (e aproveitou a ocasião para render uma solene e sincera homenagem à tão vituperada Eva, pois foi ela quem insistiu para aceder ao conhecimento; nosso Adão nacional se contentava com touros, futebol e televisão, e “a mim não me venhas com complicações, mulher”... Fica claro, portanto, como escreveu o poeta Louis Aragon, que “*a mulher é o porvir do homem*”).

Salto (evidentemente) os gregos (não lhes falarei, portanto, de Ícaro, que se aproximou perigosamente do sol – símbolo da luz, do conhecimento - etc, etc) e aterrizo diretamente na idade média, onde a doutrina da igreja é a única fonte autorizada de conhecimento e o papel, a missão dos sábios da época, é exclusivamente corroborar a revelação divina. Todos sabem o final que tiveram os que ousaram chegar a conclusões distintas, do tipo: a terra não é o centro do universo, o sol não gira ao

redor da terra, etc. Inclusive queimaram um tal Miguel Servet (se a memória não me falha) por ter descoberto a dupla circulação do sangue no sistema sangüíneo dos mamíferos. Dão-se conta? Qual dogma a dupla circulação sangüínea poderia colocar em perigo? Mas o que se podia esperar de uma instituição que, tempos mais tarde, quando se construíram os primeiros engenhos voadores, iria condená-los sob o argumento, irrefutável por onde quer que se olhe, de que se Deus quisesse que os humanos voassem, teria dado-lhes asas, como aos pássaros?

A igreja representou sempre a postura obscurantista por excelência (não predicou o mesmíssimo Cristo aquilo de “*bem aventurados os pobres de espírito*”?) e não vão os senhores acreditar que isto acabou com a desapareição da inquisição. Até bem avançado no século XX (ontem, como se diz) não se aboliu “*o índice*”, essa interminável verdadeira lista negra na qual a igreja inscrevia todos os livros proibidos (tudo o que a humanidade das Luzes – filósofos e cientistas, naqueles tempos ainda do mesmo lado do muro – escrevia de novidade, de progressista, de libertador, fazendo avançar o conhecimento da natureza), condenando à excomunhão toda pessoa que os lesse.

Mais próximo ainda de nós: quando a República Francesa, graças a personalidades como Jules Ferry, instaurou o ensino público, gratuito, laico e obrigatório, a igreja, que tinha desde sempre o monopólio da educação, lançou a excomunhão não apenas contra os deputados que tinham se atrevido a votar tal sacrílega lei, mas também contra todas as famílias que mandassem seus filhos à escola pública. E, sem ir mais longe, ao terminar a guerra civil espanhola (“nossa” guerra, como costumavam dizer os que a viveram), os “nacionais” fuzilavam pessoas pelo simples motivo de terem sido

professores de escola na zona republicana. O saber, sempre o saber...

Mas deixemos já de bíblias, gregos e papas para entrar no que vai ser o tema central de nossa conversa: a oposição das ideologias não-religiosas à ciência, da filosofia (há que dizer, de certas filosofias, e não de todas), de uma certa concepção do mundo em geral e do ser humano em particular que, se bem se declarem laicas, arrastam consigo um traço inequivocamente religioso, ou, no mínimo, compatível com a religião, como o são o dualismo corpo/alma (corpo/mente na sua versão laica, mas igualmente dualista) e o princípio do livre arbítrio (que se opõe frontalmente ao postulado determinista de toda ciência).

Todos sabemos que a física teve que se emancipar da metafísica, que “o determinismo desceu dos céus à terra pelo plano inclinado de Newton”, que a química teve que lutar duramente com a atrativa alquimia e suas pedras filosóficas, seu flogisto, seus quatro elementos e a quinta essência (que se não fosse pelo filme de Luc Besson com Bruce Willis “*O quinto elemento*”, nenhum jovem conheceria hoje em dia, apesar de serem conceitos tão populares na idade média como são o inconsciente ou o complexo de Édipo nas nossas culturas). Mas talvez o precedente que mais se assemelhe ao caso que nos interessa é o do vitalismo. Qual era, portanto, a tese do vitalismo?

Em nossos estudos secundários tivemos que lidar todos (com mais ou menos fortuna – menos no que me diz respeito) com a química orgânica e a química inorgânica. Esta distinção, esta dicotomia, é a concretização, no âmbito da química, do dualismo platônico que evocávamos faz uns instantes e que instala uma demarcação essencial, isto é, tocando à essência, entre dois mundos distintos, duais, o da

natureza inerte (pedras, corpos celestes, objetos inanimados) e o dos seres vivos (vitalismo – do latim *vita*, vida). Depois de séculos de peleja, acabou-se por ceder à ciência o âmbito da física (reconhecendo que a terra não era o centro do universo e que os objetos físicos obedecem a leis naturais), assim como por aceitar que a química de Mendeleiev explicava satisfatoriamente a composição e o modo de reagir dos corpos inertes. Mas não o dos seres vivos. Deste modo, o ácido sulfúrico (H_2SO_4), por exemplo, pode não apenas ser decomposto em seus elementos constitutivos (hidrogênio, oxigênio e enxofre), mas também pode ser sintetizado no laboratório a partir deles, se se conhecem e dominam as condições de temperatura, pressão, etc. necessárias para tal operação. Pelo contrário, o ácido úrico, que, como seu nome indica, se encontra na urina dos mamíferos (exemplo que não tomo por acaso, como poderão ver em seguida), por mais que se conheça sua composição e fórmula, nunca poderá ser sintetizado, pelo simples fato de ser elaborado por esse laboratório tão peculiar que é o corpo de um ser vivo. Em um tubo de ensaio nunca será possível criar as condições necessárias para tal síntese, que só o corpo vivo pode produzir precisamente por isso, por ser vivo, por possuir a vida. Ao químico, no seu laboratório, com seu tubo de ensaio e as diferentes substâncias químicas que compõem o ácido úrico, lhe falta um ingrediente que, se me permitem um jogo de palavras, é *vital*: a vida, o “*elã vital*” como diziam eles. Só os corpos vivos podem produzir as substâncias que secretam. A química não basta para dar conta deles porque ela não contempla, entre seus parâmetros, o “*elã vital*”. A ciência se detém às portas da vida, esse milagre que a pura química não poderá nunca explicar.

Esta era, portanto, a posição vitalista dominante (porque coincide perfeitamente com o “senso comum”, pelo que se pode qualificar de concepção “intuitiva”) até que o alemão Friedrich Wöhler, em 1827, realizou a primeira síntese, em laboratório, de uma dessas substâncias secretadas por um corpo vivo, concretamente (mas os senhores já o adivinharam), o ácido úrico (e, desde então, não se parou de sintetizar novas substâncias corporais, desde a insulina até hormônios sexuais, passando por todo tipo de substâncias que se converteram em banais). O vitalismo ficou definitivamente desqualificado em uma só tentativa. É o que têm de bom as “*experiências cruciais*”: encerram um debate, geralmente de milênios, em alguns minutos. Mas entre o momento em que um experimento desta índole se produz e o momento em que a concepção filosófica, ideológica que derruba deixa de exercer sua influência na sociedade, pode se passar um longo período de tempo. Um exemplo disso foi o invento do telefone. A tese vitalista defendia (e, com ela, a maior parte da população) que a voz humana somente podia ser gerada por um ser humano, com seu argumento clássico: a física pode explicar os sons em termos de comprimento de ondas, vibrações, etc., mas isto só é válido para os sons produzidos por corpos inertes. A voz não é um som como os demais, porque é produzida por um ser vivo. Com os aparelhos dos físicos poderiam ser produzidos e reproduzidos sons, ruídos, mas não vozes. Até que Alexander Graham Bell, em 10 de março de 1876 (ou seja, quase 20 anos mais tarde que a síntese da uréia!), conseguiu estabelecer uma ligação telefônica a uma distância de uns 30 metros.

Hoje em dia o vitalismo, enquanto postura filosófica declarada, está morto e enterrado (o

que não deixa de ser irônico para uma doutrina que se declarava justamente da *vida...*; é que a vida, às vezes, nos apronta umas poucas e boas). No entanto, os nefastos erros conceituais que ele abarcava continuam perfeitamente “vivos e pulando por aí”. A que erros conceituais estou me referindo? Vou me explicar.

Mencionamos antes que o núcleo da conceituação vitalista consistia em postular a existência de uma entidade, a vida ou “*elá vital*”, possuída para o próprio bem pelos seres vivos e não redutível à física ou à química, entidade causadora de certas reações químicas que não podiam jamais se produzir sem sua intervenção. A vida é, portanto, concebida como algo possuído pelo corpo, como o sangue ou os pulmões, e que, enquanto o corpo a possui, está vivo; e quando “a vida se lhe escapa por suas feridas” ou quando simplesmente “a perde” (como se pode perder a carteira ou o celular), o corpo, sem a vida, está morto, regressa ao mundo do puramente físico, químico, material em suma (*es pó e em pó te converterás...*). Uma diversidade de expressões da linguagem cotidiana (e não esqueçamos que a linguagem constitui um dos principais vetores de transmissão de ideologia, de concepção da realidade, de forma de plasmar uma maneira de ver o mundo - *weltanschauung*, em alemão) ainda veicula, um século e meio depois da morte oficial do vitalismo, aquela tese implícita quando dizemos, por exemplo, “dar a vida por uma causa” (como daríamos um donativo para a UNICEF), “pagar seu erro com sua vida” (como se paga uma multa com dinheiro), “colocou sua vida nas suas mãos” (como se pode colocar um pacote), ou, sem ir mais longe, a frase que escrevi, de propósito, anteriormente: “a vida, às vezes, nos apronta umas poucas e boas...”. Em todas elas, a vida

possui um status de *res extensa*, de *coisa*, de substantivo, e este é o erro que estou denunciando, a “coisificação”, a “reificação”, a substantivação de algo que não possui atributos espaciais, que não é um elemento a mais do corpo, como o fígado ou o cérebro, que não é um elemento a mais de uma categoria, mas sim uma funcionalidade, uma interação, uma maneira de nomear os seres vivos (notem que “vivos” é um adjetivo e não um substantivo), não uma “peça” a mais dos seres vivos. Tecnicamente falando (e autores como Gilbert Ryle escreveram páginas geniais a respeito) isto constitui o que chamamos um “erro categorial”, porque se confunde a etiqueta de uma categoria com seus diferentes componentes, algo assim como se, vendo um motor de carro funcionar perfeitamente, invocássemos a “força motriz” para explicar porque o carro ganhou uma corrida e um jovem mecânico se dispusesse a desmontar o motor peça por peça a fim de identificar essa maravilhosa peça chamada força motriz. Obviamente, não a encontraria. Estaria na presença de velas, pistões, cilindros, cabeçotes, etc., mas não acharia nenhuma peça que correspondesse a esse nome, simplesmente porque a força motriz não é um elemento a mais do motor, é o nome que damos a um motor que funciona. E se está quebrado, dizemos que perdeu sua força motriz quando, simplesmente, não funciona como deveria. Nem a força motriz nem a vida existem como tais. Há seres vivos e seres mortos, mas não seres *com* vida e seres *sem* vida. Verdade que parece um jogo banal de palavras? Mas é toda a diferença entre os adjetivos e os substantivos que está em jogo. Os seres vivos não estão vivos por possuírem a vida, mas sim por possuírem todas suas funcionalidades fisiológicas (suas

peças, se falássemos de motores) em bom estado e funcionamento adequadamente.

Onde quero chegar com o que pode parecer como uma longa digressão que não vem ao caso? A duas observações que me parecem importantes.

A primeira é esta facilidade com que a linguagem reifica etiquetas, constantemente, criando entidades fictícias às quais, além de tudo, atribui um papel preponderante na cadeia causal, no processo explicativo de um fenômeno. E em disciplinas como a nossa, em que ainda resta muito por saber, por entender, preencher os vazios com tal tipo de invenções tiradas do chapéu de um prestidigitador por arte de mágica (como diriam meus companheiros de Los Horcones) constitui uma tentação muito forte, uma facilidade muito grande a que se sucumbe com demasiada freqüência. E se há dúvidas, pensem na extensa ladainha de “traços de personalidade” (introversão, bondade, agressividade, generosidade, e milhares mais) invocados para explicar comportamentos introvertidos, bondosos, agressivos, generosos, etc., cuja explicação se encontra e deve ser buscada em outros lugares, que não nos traços apresentados pelo sujeito (do mesmo modo que de nada serviria a um cirurgião buscar a vida ao realizar uma operação na sua sala de cirurgia ou ao mecânico buscar a força motriz ao desmontar um motor). A persistência, ainda que somente de forma implícita, desse avatar do vitalismo representa um grave obstáculo à compreensão das posturas behavioristas que, claro, não caem nesta forma grosseira de tautologia. Por desgraça, nossa cultura está tão acostumada a esta forma de ver o mundo, que toda tentativa de colocá-la sob suspeita geralmente é vista pura e simplesmente como absurda e inaceitável.

A segunda observação deriva, de certo modo, da anterior. De fato, o que lhes recorda aquele assunto do corpo que, ao morrer, perde sua vida, como algo que lhe tinha sido dado ao nascer e que agora lhe escapa, ou que a morte (outra coisa que não existe, por mais caveiras com véus pretos e foices que nos pintem) vem buscar? Isto não lhes faz pensar na alma, infundida no corpo no momento da sua concepção e que sai do corpo ao morrer, corpo do qual se diz então que está “inanimado” (literalmente: sem alma –*anima* em latim-)? Alma cuja existência inclusive se pretendeu demonstrar experimentalmente na idade média pesando os corpos dos agonizantes justo antes e justo depois de morrer e obtendo sistematicamente uma diferença de 21 gramas aproximadamente (outro fato que os jovens conhecem exclusivamente graças a um filme que tem por título, justamente, “21 gramas”), diferença de peso que constituía, portanto, a prova irrefutável da existência da alma (apesar da incrível contradição que representa atribuir um peso a algo que, por definição, é imaterial...). E aqui nos defrontamos, portanto, com o dualismo. Com esse dualismo tão intuitivo, do qual cada um de nós tem consciência constantemente e ao qual não queremos renunciar sob nenhum pretexto. Permitam-me que me detenha um instante neste conceito que já utilizei um par de vezes durante esta conversa: concepção intuitiva.

Entendemos por concepção intuitiva uma maneira de conceber o mundo provocada e, principalmente, mantida pelas aparências que a “corroboram”. Em outras palavras, uma concepção de “senso comum” a que todos e cada um pode aceder por si mesmo, sem necessidade de ter estudos, porque resulta evidente e é, por isto, compartilhada por todo o grupo social.

Que a terra é plana e não se move, que o sol gira ao seu redor, que possuímos um “algo” interno (chame-se alma, mente, psique ou o que seja) distinto do corpo, mas que interage com ele, são exemplos claros de concepções intuitivas. E a ciência (mas, dito seja em honra da verdade, algumas filosofias também) tem a desagradável (e, às vezes, perigosa) missão de proporcionar conceitualizações distintas, que contradizem, quase sempre, o senso comum (pelo que são chamadas “anti-intuitivas”) e que geram uma resistência muito forte à mudança, porque as aparências continuam jogando a favor das conceitualizações primitivas, o que é totalmente lógico porque estas conceitualizações foram geradas para explicar os fenômenos que percebemos; o mínimo que se lhes pode pedir é, portanto, que nossa percepção de tais fenômenos as corrobore, fechando assim o círculo vicioso (a tautologia, em suma). Toda nova teoria que se encontre em contradição com as aparências que todos podemos constatar (inclusive o próprio cientista que a propõe, ao que, por conseguinte, se rotulará de intelectualmente desonesto ou de incoerente consigo mesmo, desqualificando assim sua teoria) se enfrentará com os “argumentos” do senso comum corroborados pela “experiência” cotidiana, milhões de vezes constatada. Vejamos: se a terra fosse redonda, os que vivem no pólo sul viveriam de cabeça para baixo, e, sem contar que o sangue lhes subiria para a cabeça, cairiam, pura e simplesmente. E se a terra se movesse, perceberíamos isto, como notamos quando viajamos de barco, por exemplo. *E puor si move!* como disse Galileu (e todos sabemos os problemas que isto lhe causou...) Atualmente, suponho (e espero!) que nenhum dos senhores duvide disto. E, no entanto, aí, sentados em suas poltronas,

escutando-me (mais ou menos; os do fundo vão dando umas cochiladas, pensando que não os vejo ...), têm os senhores alguma percepção da mobilidade da terra, alguma sensação de velocidade como a que experimentam quando se atrevem a subir em alguns destes brinquedos infernais dos parques de diversões que nos reviram o estômago e nos produzem sensações tão fortes que inclusive pagamos por senti-las? Sua resposta intuitiva seria declarar que ela não se move e tratar de maluco a quem afirmasse o contrário. No entanto, sabem perfeitamente, porque estudaram a teoria científica a respeito, anti-intuitiva sob qualquer ângulo, que estão viajando no espaço. E, para mostrar que, apesar de sabê-lo, lhes custa acreditar (sempre por causa das malditas aparências, das próprias experiências de cada um dos senhores, às quais outorgam um crédito primordial) permitam-me que lhes refresque a memória sobre a velocidade concreta com que todos estamos nos movendo neste preciso instante.

Lembrarão que na escola nos ensinaram que a terra efetua dois movimentos: o de rotação (sobre si mesma) e o de translação (ao redor do sol). Conhecendo o raio da esfera terrestre e o tempo que nosso planeta demora para dar uma volta sobre si mesmo (24 horas) podemos calcular a velocidade (velocidade igual a espaço sobre tempo) à que nos lança o simples movimento de rotação: em números redondos, 1.000 Km/h. Alucinante, não é verdade? Pois isso não é nada. Seu movimento de translação, que dura 12 meses ao redor do sol, é realizado a 100.000 Km/h. Esses já são números inimagináveis. Mas em realidade isto ainda é *pecatta minuta*, porque devemos lembrar que o próprio sol tem por sua vez seus próprios movimentos de rotação e de translação na sua galáxia, viagens nas quais arrasta seus satélites,

isto é, a terra e os demais planetas do sistema solar. Assim é que, em virtude da rotação solar, nos movemos a 1.000.000 de Km/h e, agarrem-se forte às suas poltronas, ponham os cintos de segurança e os capacetes, a 10.000.000 de Km/h em virtude da translação solar. Agora e aqui, estamos nos movendo a esta velocidade (por favor, não fiquem enjoados agora que sabem disto, que ainda não terminei).

O problema decorre de um fato que, ainda que resulte evidente, raramente levamos em conta. Este fato é que uma nova conceituação de um fenômeno não modifica as aparências, não modifica a maneira de perceber o fenômeno em questão: a terra continua nos parecendo plana, não temos a sensação de estar viajando a velocidades vertiginosas, seguimos vendo o sol girar sobre nossas cabeças dia após dia e passamos a vida “falando com o homem que sempre vai conosco” (parafrazeando Antonio Machado).

E já que comecei a mencionar poetas, me permitam que lhes conte uma história real, protagonizada pelo grande poeta romântico alemão Goethe, que serve como uma luva para ilustrar o que estamos dizendo. Naquela época, Newton acabava de apresentar sua teoria corpuscular da luz e das cores e sua demonstração da decomposição do feixe luminoso nas diferentes cores do arco-íris, graças a um prisma de refração, alcançou um grande nível de popularidade. Pois bem, o ilustre Goethe publicou um vindicativo panfleto maldizendo tal descobrimento com o argumento (de um romantismo digno de Sissi imperatriz) de que, daquele momento em diante, sabendo que as maravilhosas cores não são mais que vulgares ângulos de refração da luz, os apaixonados não poderiam mais se extasiar diante da beleza poética de um arcoíris. Parece mentira, mas é verdade.

Não, a teoria corpuscular da luz não tira beleza alguma ao arco-íris, nem mata o romantismo dos apaixonados, mas em sua síntese moderna com a teoria ondulatória da luz abriu espaço, por exemplo, para o descobrimento do raio laser, que está sendo utilizado (além de em batalhas com sabres em ‘Guerra nas Estrelas’) para operar sem dor miopias graves, o que talvez permitirá ao nosso casal de apaixonados românticos (que durante este tempo envelheceram e já não somente não estão apaixonados, mas perderam a acuidade visual e muitas outras acuidades também, acreditem em mim!), ver novamente os magníficos arco-íris.

Mas retomemos o fio da conversa ali onde o tínhamos deixado (talvez os senhores andem um pouco perdidos pelos meandros tortuosos desta conferência, com tanto parêntesis, e parêntesis dentro dos parêntesis, tanta digressão, histórias, etc., mas lhes asseguro que eu sei perfeitamente onde estou e onde quero chegar. Tenho tudo aqui escrito, não se preocupem. Tive todo o verão para arruinar minhas férias escrevendo este texto, perfilando o fio condutor, cinzelando as transições, modificando-o, políndoo, cuidando dos detalhes... tudo, absolutamente tudo, está escrito aqui. E quando digo “tudo está aqui escrito”, isto também está escrito, não pensem que não).

Estávamos revisando os estragos que o dualismo platônico-agostino-cartesiano causou à humanidade. Porque esta concepção filosófica do universo em geral e do ser humano em particular se opõe à concepção do monismo materialista (vamos deixar de lado o outro monismo possível, o idealista, porque, além do ilustre bispo Berkeley, ninguém nunca o levou a sério). O materialismo monista considera, portanto, que existe somente uma única

substância no universo e que esta substância é a matéria (contrariamente ao monismo idealista que afirma que somente o espírito existe). A ciência adota, professa e se baseia, evidentemente, na concepção materialista monista do universo. É um de seus postulados essenciais. Disto resulta evidente que ciência e dualismo, quando misturados, não produzem boa coisa.

No entanto, para nossa desgraça, pobres behavioristas, a ciência e o dualismo, depois de um feroz combate secular no qual pouco a pouco a ciência foi conquistando o dualismo, primeiro no mundo da física (os astros, etc.) e logo no mundo da química e da biologia (rendição e tomada de turno do vitalismo, como foi exposto anteriormente), chegaram a um armistício, a uma espécie de *Yalta* epistemológico, à nossa custa. Explico-me. A troca de abandonar toda pretensão sobre o corpo, o dualismo conservou seu “território” próprio (notem a contradição nos termos: o espírito, por definição, não possui *res extensa*), sua “reserva privada de caça”, ou seja: a mente. E a ciência, com duas exceções notáveis que abordaremos em seguida, aceitou este estranho pacto que pereniza o dualismo, pois aceita distinguir o corpo e a mente, isto é, aceita totalmente a tese dualista na medida em que já não a incomoda, porque conquistou o mundo físico, que é o que a interessava. E os sacrificados na mesa redonda das negociações fomos, evidentemente, nós. Não esqueçamos que um cientista, por mais cientista que seja, se encontra submetido, com respeito ao mentalismo, às mesmas aparências enganosas que a quitandeira do mercado (com o devido respeito; a própria mãe do que lhes fala vendia frangos no mercado da Boquería de Barcelona, ou seja, que ninguém se sinta ofendido). De fato, um cientista já sabe que a terra é redonda, que gira ao redor do sol e que

se pode sintetizar ácido úrico. Mas ainda pensa que se comporta segundo o que sua mente indica. E, depois de ter passado 8 ou 10 horas no seu laboratório raciocinando como um bom materialista monista, tira o jaleco branco, pendura-o no vestíbulo (e com ele o monismo), coloca o casaco (e o dualismo com ele) e se converte em um dualista comum (e alguns inclusive vão à missa...). E se no final de semana, em uma tertúlia entre amigos, sai o tema do comportamento, apesar de ser talvez inclusive um eminente prêmio Nobel, adotará posturas tão mentalistas e dualistas como qualquer um de seus amigos. E se entre eles está um behaviorista, o pobre se encontrará mais só que o goleiro no momento do pênalti. Isto porque o behaviorista representa uma daquelas duas exceções às quais me referi faz um instante; a outra é constituída pelas neurociências puras e duras (porque também existem as neurociências “cognitivas”, o que já é demais...), com seu postulado reducionista com o qual nós, claro, não comungamos (já que acabo de falar em “ir à missa”...).

E aqui reside, talvez, um dos principais motivos para a forte resistência à mudança que gera o behaviorismo (viram como não me perdi pelas nuvens? Já vou aterrizando...). De fato, o dualismo, o mentalismo e o obscurantismo, têm progressivamente cedido terreno para a ciência; mas cada vez que perdiam uma batalha, lhes restava na retaguarda um novo reduto onde podiam se entrincheirar por uns quantos séculos mais, antes de ter que retroceder novamente. Precisamente por isto, ainda que fizessem durar o combate tanto quanto pudessem (ninguém desiste de privilégios sem luta), capitular não era tão dramático, pois tinham reservada outra fortaleza muito mais inexpugnável, de onde poderiam sustentar a guerra por mais alguns

séculos. Mas a batalha que o behaviorismo está lhes oferecendo reveste-se de um caráter muito peculiar, já que se trata da última e definitiva. De fato, se perdem também a mente, desaparece pura e simplesmente o dualismo, pela simples razão de que um dos dois elementos que o define, a saber, o espírito, alma, mente ou psique, terá sido ferido de morte e somente restará na luta o outro elemento, o corpo, o mundo físico. Em outras palavras, o dualismo se dissolve no materialismo monista se cede seu último bastião: a mente. Por isso o combate é tão feroz. Por isso as resistências à mudança de paradigma (como diria Kuhn) são tão brutais. Porque estão lutando à beira do precipício, no ponto mais alto da mais alta das torres do mais íngreme dos castelos. E se retrocedem, despencam no vazio. Simples assim.

E se isto fosse pouco, ocorre a desgraça de que existem inumeráveis paradigmas de retorno (todos eles dentro do marco dualista e mentalista, evidentemente) que podem vantajosamente competir com o behaviorismo (porque resultam extremamente atrativos) e resolver a disputa, salvar a situação ao encurralado dualismo. E entre eles, o mais conhecido, popular, estendido e, porque não dizer também, sedutor, é a psicanálise.

Nas nossas latitudes (Espanha), a hora de glória da psicanálise (que existiu e durou bastante!) já passou para a história (mas não relaxem demasiado: com a imigração massiva de argentinos e sob a nova roupagem de psicanálise breve, parece que novamente causa furor). Mas restam dois países, França e, precisamente, Argentina, nos quais continua sendo o paradigma dominante, em situação quase de monopólio. E isto em um momento em que em terras onde tinha chegado a ser tão onipresente, como nos EUA, por exemplo, se

encontra completamente marginalizada. A prestigiosa revista “Times” publicou recentemente algumas estatísticas muito reveladoras: em Nova York, que havia sido “a Meca” da psicanálise durante boa parte do século XX (vejam os filmes de Woody Allen), atualmente o número médio de pacientes por psicanalista é de três e meio aproximadamente. Sem comentários. França e Argentina são, portanto, para a psicanálise, o que Cuba e Coreia do Norte foram para o comunismo.

Mas a mim me coube viver na França e como o que acontece neste país com respeito ao tema que nos ocupa parece incrível (o que ocasiona expressões como “só vendo para acreditar”, “parece mentira, mas é verdade”, etc.), vou contar-lhes alguns dos fatos mais inimagináveis para que possam ter uma idéia de até onde a ideologia pode levar, em sua luta desapiadada contra o behaviorismo. E, por favor, por mais inverossímil que lhes pareça, acreditem em mim; não invento nada. Palavra.

Sobre este particular, eu poderia falar por vários dias inteiros. Mas me limitarei aos fatos mais recentes.

Faz alguns anos, uma série de Associações de Pacientes solicitou ao governo francês que encomendasse um estudo sobre as diferentes formas de psicoterapias e suas respectivas eficácias, pois os pacientes, geralmente pouco e/ou mal informados, se perdem nos meandros das mais de 300 escolas ou formas de psicoterapia oficialmente recenseadas na pátria de Descartes (sem contar as não recenseadas). O Ministério da Saúde encarregou um prestigioso organismo público e independente de investigação científica sobre ciências médicas (Inserm) que levasse a cabo tal tarefa. Foram comparados, por meio de uma meta-análise bibliográfica, os resultados, em termos de

eficácia, de quatro das escolas mais populares, a saber, as terapias analíticas, sistêmicas, cognitivo-comportamentais e integrativas. Os resultados foram os que toda a comunidade científica internacional (exceto a francesa; *bien sûr!*) conhece há muitas décadas (recordem os trabalhos pioneiros de Eysenck, por exemplo) e que têm sido replicados diversas vezes, inclusive em estudos do nível dos realizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS): só as terapias comportamentais obtêm resultados significativamente superiores aos dos grupos controle e placebo. Concretamente, o estudo do Inserm concluía que, de 16 transtornos estudados, as terapias comportamentais provaram eficácia em 15 deles, contra apenas um para a psicanálise (15 a 1, que goleada!). Quando o dito informe foi publicado (2004), o Ministério o qualificou de trabalho excelente e o funcionário de alto escalão que o havia encomendado (o Sr. Dab) foi publicamente cumprimentado por seu labor.

Os senhores não têm idéia das reações da imprensa naqueles dias, semanas e meses que se seguiram. Encarreguei uma aluna que estava elaborando seu trabalho de conclusão de curso de compilar tudo o que se publicasse a respeito (incluindo rádio e televisão) e tenho à disposição de quem deseje consultar o fruto desse trabalho (indispensável ler francês; sinto muito). Juro que foi alucinante. Como mostra um exemplo: dada a “vitória” massiva dos resultados das terapias cognitivo-comportamentais (TCC), esta foi comparada a dos resultados, suspeitamente unânimes, das “eleições” na antiga URSS ou nos regimes ditatoriais. Mas as coisas não acabaram aqui. Uma das tendências mais radicais da psicanálise francesa, a Escola da Causa Freudiana, liderada por Jacques-Alain Miller (JAM para os íntimos, personagem do qual

voltarei a falar-lhes dentro de instantes), genro do falecido Jacques Lacan, lançou-se em uma verdadeira cruzada contra o informe do Inserm e não parou até obter uma vitória total. De fato, à custa inclusive de chantagens eleitorais, conseguiu (2005) que o Ministro da Saúde (Douste-Blazy) renegasse o informe, retirando da página Web do ministério e assegurando aos psicanalistas reunidos em um multitudinário *meeting* no legendário espaço da “La Mutualité”, ao qual tinha sido convidado, que “nunca mais ouviriam falar [de dito informe]” (sic). Darei mais detalhes em seguida. Mas como os senhores talvez pensem que a história da “chantagem eleitoral” seja um exagero meu, traduzo um extrato do relato que o próprio JAM publicou em seu “blog”, a respeito de sua entrevista pessoal com François Hollande, Primeiro Secretário do Partido Socialista Francês (PS):

Esta via conduzirá o PS e toda a esquerda ao fracasso. Meu pai, falecido em agosto, era um socialista legalista, que tinha admirado sucessivamente a Leon Blum, Guy Mollet, Alain Savary, François Mitterrand, Lionel Jospin, e que encontrava neles somente qualidades. Ele teria sem dúvida aprovado essa advertência. Mas seguramente teria desaprovado o que vou dizer-lhe agora. Nunca imaginei votar na direita.(...) Não gostaria de ter que votar (...) na direita nem no centro. Mas é o que farei se o PS deixar os adeptos da avaliação-TCC, os sociólogos “construtores de opinião”, toda essa banda de naufragadores, de quantificadores a todo custo e de hábeis marionetistas (...), dominar seu pensamento e sua ação.

Como podem ver, a França se comportou, neste assunto, como uma vulgar república bananeira (só faltava que se organizassem

fogueiras ao estilo da inquisição para queimar publicamente o informe... como consolação por não poder queimar a seus autores). Onde se viu que um grupo de pressão consiga que um Ministro da Saúde Pública renegue um informe científico encarregado por seus próprios serviços por demanda dos pacientes? Evidentemente, o funcionário de alto escalão do qual falamos, o que havia se ocupado do assunto e que tinha sido felicitado, pediu demissão; o diretor do Inserm, cujo método de investigação tinha sido qualificado publicamente no prestigioso diário *Le Monde*, de defeituoso e muito criticável, redigiu uma resposta que o jornal não quis publicar, nem sequer como “direito de resposta”, sob o falacioso pretexto de que o artigo deles não tinha criticado nominalmente sua pessoa, mas sim o organismo que ele dirigia. Sem comentários. Ou pensando melhor, sim; permitam-me que leia o seguinte comentário que, apesar de não ser meu, coincide perfeitamente com a tese que venho desenvolvendo ao longo dessa conversa:

No ano 1300, o papa Bonifácio VIII publicou uma bula pela qual proibia toda dissecação humana. No século XVI, o Concílio de Trento apontou explicitamente a similitude entre o pecado original e a curiosidade científica. No século XXI, o Ministro francês da Saúde proibiu a publicação, na Web do Ministério, do informe sobre a eficácia das psicoterapias realizado por especialistas do Instituto Nacional da Saúde e da Investigação Médica de seu país. Como disse François Jacob, “a história das ciências é, de certo modo, a história da luta da razão contra as verdades reveladas”. Jacques Van Rillaer.

E para cúmulo da lambança, a prestigiosa revista anglo-saxônica *Science* (Vol. 307; 25 de

fevereiro de 2005, página 1197) não perdeu a ocasião de ridicularizar os “frenchies” sobre o assunto e consagrou um quadro ao “affaire”, qualificando-o com o vergonhoso epíteto de “*French Psychoflap*”. Aqui o reproduzo na íntegra e no original:

French Psychoflap

Post-Freudian Lacan.

Freudian psychoanalysis is far from the mainstream in modern mental health care. But it's alive and well in France - and it just got a shot in the arm from health minister Philippe Douste-Blazy, to the consternation of many scientists.

Speaking at a 5 February meeting of psychoanalysts in Paris, Douste-Blazy praised their work while announcing that he had ordered the removal from his department's Web site of a 2004 report concluding that the scientific evidence favors cognitive-behavioral therapy (CBT) over psychoanalysis. “You won't hear about [the report] again,” Douste-Blazy, a cardiologist, assured to his elated audience.

France has a strong psychoanalytical tradition, founded by Jacques Lacan (1901-81), who melded classic Freudian ideas with structuralism in what his detractors say is a pseudoscientific, cultlike movement now led by his son-in-law Jacques-Alain Miller. Many of its followers were angered when France's leading health agency INSERM issued a report in February 2004 that took the currently popular “evidence-based” approach to psychotherapy and concluded that CBT has the most to show for itself.

This time, many other psychologists and psychiatrists are incensed. “I'm totally amazed and puzzled,” says Jean Cottraux, a psychiatrist at the Pierre Wertheimer Neurological Hospital in Lyon and a member of the INSERM panel. He calls the report's removal “an act of censorship”

that could favor a regressive “lacanist takeover” of the field.

There’s speculation that Douste-Blazy’s remarks also are behind the sudden resignation last week of epidemiologist William Dab, director-general for health, whose office had requested the study.

Viram que não estou mentindo?

Outro assunto do qual quero lhes falar brevemente (cujo protagonista é de novo nosso agora já familiar JAM) é o da publicação, em 2005, da tradução francesa da novela utópica de Skinner: “*Walden 2*”. De fato, apesar de ter sido publicada inicialmente em 1948 e traduzida para um grande número de idiomas, as editoras francesas sempre tinham se negado a publicá-la. Estive pessoalmente lutando por isto, com altos e baixos, por quase quatro anos (lustros), antes de conseguir que saísse a publicação. Evidentemente, nenhum órgão da imprensa escrita ou radiotelevisiva deu cobertura ao fato e o livro passou totalmente despercebido (logo voltarei sobre esta eficaz técnica de “*blackout*”). No entanto, como se por acaso, JAM se sentiu obrigado a publicar na Internet o delirante e paranóico discurso que lhes traduzo, com a pele arrepiada:

[Sobre] *as tendências criminosas dos EUA*, basta olhar para Aboub-Graib para vê-las em plena luz. Temos que saber que as torturas, não menos psíquicas que físicas, que comoveram o planeta, são a aplicação de um método que tem um nome: são exatamente os métodos behavioristas. O genial inventor do *behaviorismo*, B.F. Skinner [sic], dizia, e isto foi impresso em setembro de 1971 na capa de “Time magazine”: “We can’t afford freedom”, “Não podemos pagar o luxo da liberdade”. Neste sentido tinha escrito já, em 1948, uma utopia

infame: *Walden-2*. (Jacques-Alain Miller ; Agence lacanienne de presse, 19 de março de 2005) www.forumpsy.org Obrigado hoje a me meter em política para combater as terapias behavioristas e a cultura da avaliação (...), lancei nas ondas da France-Culture, quinta passada, a “Rede internacional de amigos das liberdades” que se estenderá através de toda a Europa e da América Latina, e reunirá amanhã americanos, britânicos, australianos, que sofreram em suas carnes o totalitarismo das terapias behavioristas.(...) A ideologia comportamental-avaliacionista não é de esquerdas; não é de direitas; é a dos inimigos do gênero humano, que sequer são conscientes disto, claro, já que são igualmente umas excelentes pessoas. A noção da ciência que veiculam é uma caricatura; suas investigações quantificadas são imbecis; suas teses são utópicas; sua utopia é infame. Se duvidarem, leiam *Walden 2*, que eles inclusive tiveram a inconsciência de fazer publicar. (Comunicado de Jacques-Alain Miller, 21 de março de 2005).

Consideramos que, em todos os casos, as terapias comportamentais são contra-indicadas, e que os êxitos do Senhor são ilusórios (...); declaramos contra a ideologia que o Senhor representa um firme combate (...). Em todos aqueles casos nos quais a Administração recomendasse ao pessoal sob sua tutela que se formasse nas técnicas cognitivo-comportamentais e que as praticasse, pensamos que estariam em seu direito de alegar uma objeção de consciência. Estamos estudando a maneira de proporcionar-lhes, neste caso, uma assistência jurídica. (Jacques-Alain Miller responde ao Presidente da APPCC, 30 de março de 2005, 18h 44).

Disse-lhes antes que a técnica de “*blackout*” é muito eficaz. Já a utilizaram em 2002, quando foi publicado (na Bélgica, mas

não na França) um livro muito bem documentado (que espero seja traduzido para o castelhano) de um tal Jacques Bénesteau cujo valente título era: “Mentiras freudianas: história de uma *desinformação secular*”, apresentando a prova da impostura freudiana e da profunda desonestidade intelectual e ética do fundador da psicanálise. Ninguém falou do livro. Mas recebeu o Prêmio da Academia Francesa de História da Medicina (não está mal, verdade?) e isso não podiam suportar. Tiraram então da manga uma arma que, na França, sempre se reveste de um caráter mortal: a acusação de antisemitismo (que nas colunas do “*Le Monde*” já tinham ensaiado contra um autor que citei antes - Jacques Van Rillaer), segundo o silogismo “incontestável”: Freud era judeu (e padeceu a perseguição dos nazistas, que exterminaram uma parte de sua família e o obrigaram ao exílio); o senhor ataca a psicanálise e a Freud; logo o senhor é anti-semíta. Como nem uma só linha do livro de Bénesteau contém a mais mínima conotação anti-semíta, o acusaram de “antisemitismo mascarado”, acusação muito de acordo com a lógica da irrefutabilidade intrínseca da psicanálise (devidamente analisada e criticada no seu tempo pelo epistemólogo Karl Popper) e frente à qual não há maneira de se defender porque, ou bem existem frases antisemitas, e portanto a acusação é válida, ou bem não existem, o que demonstra que se trata, de fato, de anti-semitismo mascarado, e a acusação é igualmente correta. É como o ditado: “cara, eu ganho; cruz, você perde”. A acusação foi lançada, por escrito, por Elisabeth Rudinescou, grande figura (historiadora oficial) da psicanálise francesa e que gravita no âmbito do inevitável JAM. Para defender sua honra, Bénesteau apresentou uma denúncia por difamação e foram a juízo. Como não havia nada

de nada, o tribunal declarou que não havia nem mesmo “matéria constitutiva” para estabelecer o caso e que, portanto, na ausência de “corpo de delito”, não podia sequer pronunciar-se. Pois bem, a Rudinescou em questão vai repetindo por todas as estações de rádio, televisão e jornais, que ela acusou Bénesteau de anti-semitismo e que este a processou, mas que não ganhou (deixando entender que ele perdeu um julgamento e que, portanto, sua acusação de anti-semitismo tinha o aval de uma decisão judicial). A isto se chama, pura e simplesmente: “terrorismo intelectual”. E não sou eu quem o diz, mas sim a prestigiosa revista de esquerdas “*Le Nouvel Observateur*”, que se atreveu a publicar, em 1o. de setembro de 2005, com direito a capa e tudo, um “dossiê” sobre a saída de outro livro de crítica da psicanálise (“*O livro negro da Psicanálise*”, atualmente em vias de tradução por parte de uma editora da América do Sul). Nele o redator chefe da revista revela, entre outras coisas, como Rudinesco os havia pressionado para que não o publicassem (sempre o “*black-out*”) e ameaçado rotulá-los também de anti-semitismo (outra aluna se ocupou de fazer um “dossiê” sobre o assunto, igualmente à disposição dos senhores).

E para terminar com este assunto, informo aos senhores que circula na Internet uma lista nominal dos professores universitários que incluíram o livro de Bénesteau na bibliografia recomendada a nossos alunos. Temo bastante que, um dia destes, tal terrorismo deixe de ser puramente “intelectual” para se transformar em banalmente “manual” e alguém me parta a cara... Riscos do ofício!

Um último exemplo, tão incrível como os precedentes, para rematar o assunto: a questão da “Emenda Accoyer”, do nome de um deputado (de direita) que propôs um texto ao Parlamento para regulamentar a profissão de

psicoterapeuta (sob a forma técnica de uma emenda; daí o nome com o qual se conhece este assunto). Os senhores devem saber que na França, até 1984, o título de psicólogo (contrariamente ao de médico, farmacêutico, advogado ou, simplesmente, contador) não estava regulamentado. Podia-se multar e/ou prender alguém por “exercício ilegal da medicina” mas não por “exercício ilegal da psicologia”. Todo cidadão que desejasse podia (pagando os impostos devidos à Receita Federal e à Previdência Social) pendurar uma placa na porta da sua casa declarando-se psicólogo. Não havia qualquer diferença legal entre uma pessoa formada em psicologia e um(a) médium, um(a) vidente, uma pessoa que lê as linhas da mão, as cartas ou consulta uma bola de cristal. Atualmente, a denominação “psicólogo” está legalizada, como a de outras carreiras. Mas somente se legalizou a palavra “psicólogo”, e não a raiz “psi”. Em virtude disto, todo cidadão que deseja (pagando os impostos....etc. etc.) pode pendurar uma placa declarando-se psicoterapeuta. E como já vimos que existem mais de 300 formas de “psicoterapias” no mercado, os senhores podem imaginar a situação. Os pacientes, privados de informações sérias sobre o tema, acreditam que se alguém exerce, de maneira oficial e pública, tal delicada profissão, deve possuir estudos oficiais, uma capacitação reconhecida e controlada pelo Estado. Nunca lhes ocorreria pensar que qualquer “guru”, qualquer pessoa sem escrúpulos possa exercer impunemente um ofício que implica cuidar dos problemas dos demais, entrar em sua intimidade, aconselha-los, etc.

Para proteger, portanto, os usuários de caírem nas mãos de simples charlatões, Accoyer propôs um texto reservando a denominação de psicoterapeuta aos psiquiatras e aos psicólogos

clínicos. Lógico, não é verdade? Pois os senhores se equivocam magistralmente. Se tal texto tivesse sido aprovado, os psicanalistas que não fossem psiquiatras ou psicólogos não teriam podido seguir exercendo a psicoterapia (na França há muitos psicanalistas que não o são; que são filósofos, lingüistas ou de qualquer outra profissão; porque todos sabemos que para ser psicanalista basta ter sido analisado por outro psicanalista em um processo denominado “psicanálise didática”, um sistema de cooptação que, de fato aproxima a psicanálise de uma seita). Imaginem a gritaria que armaram. E, sabendo o que agora sabem sobre o tremendo poder desse “lobby” tão potente, não estranharão saber que, evidentemente, conseguiram que se modificasse o texto para incluí-los (e somente a eles: todos os demais sem formação, fora; menos concorrência...). O texto final concede, portanto, o título de psicoterapeuta a psiquiatras, psicólogos, psicanalistas... e médicos de família (sem que ninguém saiba porque estes últimos foram incluídos). Aqui lhes forneço um resumo da história (para detalhes mais suculentos disponho do “dossiê” correspondente realizado por outra aluna), mas saibam que já levamos anos (isto mesmo, anos!) com o assunto e, no momento em que lhes falo, ainda não se chegou a um acordo sobre os decretos de aplicação de tal disposição. Hoje em dia, portanto, o primeiro fulano (ou fulana) de tal que deseje, pode instalar-se, com toda impunidade, como psicoterapeuta na pátria de Molière.

O relógio me diz que devo concluir, e o farei de uma maneira bastante pessimista. Creio, como já disse em outras ocasiões (por exemplo: em uma edição anterior deste Congresso, realizado em Xalapa [México, 2000], do qual tenho maravilhosas lembranças) que o

behaviorismo se defronta com uma situação muito difícil. Poderíamos esperar, a partir do gigantesco passo adiante dado no século XVIII (justamente chamado século das Luzes), com o movimento dos Enciclopedistas franceses, que o obscurantismo e seu séqüito de ideologias reacionárias tivessem sido feridos de morte, abrindo deste modo o caminho da Humanidade para um futuro radiante de racionalidade, ciência e progresso. Mas a história (como as artes ou a filosofia), contrariamente à ciência, não é cumulativa, mas sim parece obedecer mais à lei do pêndulo: um passo adiante, um passo atrás. E, do mesmo modo que no contexto político a Revolução Francesa, legítima e natural herdeira do Enciclopedismo e do Iluminismo, foi cronologicamente seguida pelo Império napoleônico e pela Restauração da monarquia, o materialismo monista, determinista e ateu (para não dizer agnóstico) dos Diderot, D’Alambert, De la Mettrie, D’Holbach, Voltaire e outros livre pensadores, foi seguido por uma revanche das filosofias mais idealistas que se possa imaginar (Bergson, Alain, Maine de Biran, etc.) assim como por movimentos

claramente neo-obscurantistas, como o chamado pós-modernismo do final do século.

Além disso, e como últimos eventos, a caída das grandes ideologias (comunismo, terceiro-mundismo, etc.), o marcado retrocesso da religião católica e a desconfiança cada vez maior frente à ciência e à tecnologia, que passaram da posição de serem consideradas como fatores de progresso e de liberação a serem vividas como fontes de ameaça e desumanização (bomba atômica, centrais nucleares, manipulações genéticas, clonagem, técnicas de condicionamento, etc.), tudo isto contribuiu para suscitar a emergência ou o ressurgimento de substitutos ainda mais retrógrados, como são o “new age”, as crenças em tudo o que soa a paranormal e parapsicológico, a irracionalidade mais absoluta, a proliferação de todo tipo de seitas e a expansão das outras religiões, em suas versões mais fanáticas, extremistas e intolerantes. Portanto, estejamos preparados! (*¡Dios nos pille pues confesados!*)

Submetido em 20 de novembro de 2006

Aceito em 15 de março de 2007